Bolsonaro promete ficar calado e pergunta o que pode ou não fazer

| STF | Defesa do ex-presidente pediu esclarecimentos a Moraes sobre restrições aplicadas

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 142
Rubrica

A defesa do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) prestou esclarecimento nessa terça-feira, 22, após o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes falar em risco de prisão por descumprimento de medidas cautelares e alegou não ter conhecimento de que ele estava proibido de conceder entrevistas.

Os advogados do ex-presidente sustentam que ele não descumpriu as ordens do ministro e prometeram que Bolsonaro permanecerá calado, sem fazer "qualquer manifestação" sobre o caso.

"Cabe esclarecer que o Embargante (Jair Bolsonaro) não descumpriu o quanto determinado e jamais teve a intenção de fazê-lo, tanto que vem observando rigorosamente as regras de recolhimento impostas por este Tribunal", escreveu a defesa do ex-presidente.

Bolsonaro esteve na Câmara na tarde da segunda-feira, 21, e, na saída, mostrou aos jornalistas a tornozeleira eletrônica que utiliza desde semana passada como parte das medidas cautelares impostas por Moraes. O ex-presidente declarou que o dispositivo simbolizava a "máxima humilhação".

> Moraes impôs as medidas cautelares de Bolsonaro na sexta-feira passada, 18, e complementou a decisão com despacho expedido na terça. O ministro afirmou que a proibição de uso das redes sociais incluía, "obviamente, as transmissões, retransmissões ou veiculação de áudios, vídeos ou transcrições de entrevistas em qualquer das plataformas das redes sociais de terceiros".

Bolsonaro, por sua vez, alega que "jamais cogitou que estava proibido de conceder entrevistas, que podem ser replicadas em redes sociais".

Os advogados de Bolsonaro sustentam que ele não pode ser responsabilizado pela conduta de terceiros que postaram em redes sociais o que ele faz. "Tais atos não contam com a participação direta ou indireta do entrevistado, que não pode ser punido por atos de terceiros", afirmou.

"Afinal se a proibição envolve transmissão ou transcrição de entrevistas, o Embargante, na prática, está proibido de concedê-las, posto que ninguém tem controle sobre a forma de sua divulgação, a não ser, e apenas inicialmente, o próprio jornalista", argumentaram.

A forma escolhida pela defesa de Bolsonaro para responder Moraes sobre o suposto descumprimento de medidas cautelares foi por meio da apresentação de embargos de declaração, um tipo de instrumento jurídico no qual a parte pede esclarecimentos ao juiz sob aspectos de determinada decisão.

Bolsonaro, portanto, inverteu a decisão de Moraes e pediu que o ministro explique a extensão da sua ordem. A defesa do ex-presidente garantiu que, "em absoluto respeito à decisão da Suprema Corte", ele "não fará qualquer manifestação até que haja o esclarecimento apontado".

A leitura feita pela equipe jurídica de Bolsonaro é de que "tal decisão, com todo o respeito, vai muito além da proibição de utilização de redes sociais". "Sim, porque a primeira decisão jamais cogitou de 'transmissões, retransmissões ou veiculação de áudios, vídeos ou transcrições de entrevistas em qualquer das plataformas das redes sociais de terceiros'", alegou a defesa.

"É notório que a replicação de declarações por terceiros em redes sociais constitui desdobramento incontrolável das dinâmicas contemporâneas de comunicação digital e, por isso, alheio à vontade ou ingerência do Embargante", prosseguiram os advogados. **(Agência Estado)**

SERGIO LIMA / AFP

BOLSONARO ao deixar sede do PL na terça, 22

> ***"É notório que a replicação de declarações por terceiros em redes sociais constitui desdobramento incontrolável"***
>
> **Defesa de Bolsonaro**, na resposta a Alexandre de Moraes

SILÊNCIO

Bolsonaro despachou na sede do Partido Liberal (PL) nessa terça. Ao deixar o prédio, em Brasília, Bolsonaro se recusou a responder aos jornalistas que o aguardavam na garagem do prédio

Comissões. Defesa de Bolsonaro

Oposição vai à Câmara, mas Motta proíbe reunião no recesso

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), proibiu as comissões de Segurança Pública e de Relações Exteriores de realizarem sessão nessa terça-feira, 22, para homenagear o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Esse encontro ocorreria durante o recesso parlamentar.

A decisão veio por ato assinado por ele, que proíbe a realização de reuniões de comissões entre 22 de julho e 1º de agosto.

Mais cedo, Motta ligou para os presidentes das comissões de Segurança Pública e de Relações Exteriores para pedir o cancelamento das sessões na terça. No contato com Paulo Bilynskyj (PL-SP), que comanda o colegiado de Segurança Pública, e com Filipe Barros (PL-PR), de Defesa Nacional, Motta pediu que eles adotassem esse procedimento em vez dele para evitar desgaste próprio.

No fim do diálogo, a solução acabou passando pela decisão de o próprio Motta proibir que a sessão começasse.

Oposicionistas dizem que as sessões já estavam certas para ocorrer na sexta-feira, 17.

Em tese, a Câmara não está oficialmente em recesso. Para isso, seria necessário que o Congresso votasse a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) — o que não ocorreu, algo que vem acontecendo com frequência nos últimos anos.

Mesmo assim, os presidentes da Câmara e do Senado adotam um "recesso branco", em que a pauta de todo o Legislativo federal é desocupada no mesmo período que deveria ser do recesso: duas semanas.

A estratégia inicial consistia em pedir a retomada da atividade legislativa na Câmara e no Senado Federal. O pleito acabou frustrado após Hugo Motta (Republicanos-PB) e Davi Alcolumbre (União-AP), presidentes da Câmara e do Senado, respectivamente, decidirem por manter o recesso de duas semanas.

Como alternativa, foi pensada essa sessão emergencial nas duas comissões e a formação de comissões para discutir estratégias de comunicação e organizar manifestações.

Após o recesso, no Senado, o plano é colocar em pauta o impeachment de Moraes; na Câmara, o objetivo é aprovar uma proposta de emenda à Constituição (PEC) do fim do foro privilegiado e a anistia aos presos do 8 de janeiro. **(Agência Estado)**

REDUTO

A oposição aposta em usar a força na Câmara dos Deputados, especialmente nas comissões, para fazer a defesa de Bolsonaro

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA DE VÁRZEA ALEGRE - AVISO DE LEILÃO ELETRÔNICO [illegible] Várzea Alegre/CE, 22 de julho de 2025. Maria Fernanda Bezerra - Agente de Contratação do Município.

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE UBAJARA - AVISO DE LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA [illegible]

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE REDENÇÃO - AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO [illegible]

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE REDENÇÃO - AVISO DE LICITAÇÃO - DISPENSA ELETRÔNICA [illegible]

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE REDENÇÃO - AVISO DE LICITAÇÃO [illegible]

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE UBAJARA - AVISO DE PRÉ-QUALIFICAÇÃO [illegible]

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE UBAJARA - AVISO DE PRÉ-QUALIFICAÇÃO [illegible]

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE UBAJARA - AVISO DE RETIFICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO [illegible]

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE PACOTI - AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO [illegible]

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE ALCÂNTARAS - AVISO DE LICITAÇÃO [illegible]

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE CROATÁ - AVISO DE LICITAÇÃO [illegible]

ESTADO DO CEARÁ - CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA QUITÉRIA - [illegible]

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE [illegible] - EXTRATO DO CONTRATO [illegible]